



---

# **MEDIDA PROVISÓRIA**

---

**Nº 455 , DE 2009**

**NOTA DESCRITIVA**

**FEVEREIRO/2009**

**SUMÁRIO**

Introdução .....	3
Sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE .....	4
Sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE .....	6
Sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar .....	7
Sobre as revogações .....	8
Sobre as emendas .....	8

© 2009 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o autor e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu autor, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados  
Praça 3 Poderes  
Consultoria Legislativa  
Anexo III - Térreo  
Brasília - DF

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 455, DE 2009

A Medida Provisória nº 455, editada em 28 de janeiro de 2009, *“dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências.”*

### INTRODUÇÃO

Este diploma trata da mesma matéria objeto do projeto de lei nº 2.877, de 2008, de iniciativa do próprio Poder Executivo, que, tendo sido apensado ao projeto de lei nº 1.659, de 2007, teve seu conteúdo integralmente inserido no Substitutivo aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 5 de novembro de 2008, com uma única alteração, acrescentando-se, no art. 13 da proposição, a obrigatoriedade de ser direta a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar e do empreendedor familiar. O projeto nº 1.659, de 2007 (na forma do Substitutivo), é identificado no Senado por PLC nº 178, de 2008, e encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dessa Casa.

Trata-se de novas normas para dois programas já existentes no âmbito do Ministério da Educação: o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa Dinheiro Direto da Escola – PDDE, cujo funcionamento era ordenado pelos arts. 1º a 14 da Medida Provisória nº 2.178-36, de 2001. Além disso, a Medida Provisória em exame altera a Lei nº 10.880, de 2004, para estender o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE aos estudantes, residentes na zona rural, de todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

O principal objetivo é ampliar a cobertura desses Programas aos educandos de toda a educação básica pública, admitido, em casos específicos, o repasse de recursos para escolas filantrópicas e comunitárias. Além disso, para cada programa, são apresentadas alterações nas suas regras de funcionamento, especialmente do PNAE.

É preciso destacar, porém, que o texto da Medida Provisória ora em tramitação, embora bastante semelhante, não é o mesmo daquele apreciado e aprovado pela Câmara dos Deputados, na forma de Substitutivo ao projeto de lei nº 1.659, de 2007. Além de modificações de natureza formal e outras que retiram do texto disposições que de fato melhor se situarão na esfera da regulamentação a ser estabelecida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, três alterações merecem destaque. Diferentemente do que propõe o projeto de lei, a Medida Provisória não faz menção à obrigatoriedade de a aquisição, o preparo e a distribuição da merenda escolar serem feitos

por ente público. As únicas exceções previstas no projeto eram as entidades ligadas às comunidades indígenas e quilombolas e as unidades executoras relacionadas às escolas. A segunda diferença é a de que a Medida Provisória deixa de fazer referência e de conceituar, no que diz respeito à elaboração dos cardápios da alimentação escolar, os alimentos do tipo consumíveis em estado natural, semi-elaborados e elaborados e, por consequência, não menciona a prioridade à presença dos dois primeiros. A terceira distinção é a previsão, na Medida Provisória, de situações em que pode ser dispensada a obrigatoriedade de alocação de parte dos recursos do PNAE para aquisição de gêneros alimentícios junto à agricultura familiar e ao empreendedor familiar. O projeto de lei não admitia essa possibilidade.

A seguir comentam-se os diversos dispositivos da Medida Provisória, fazendo, quando necessário, comparações com as normas antes vigentes, nos termos dos arts. 1º a 14 da Medida Provisória nº 2.178-36, de 2001, ora revogados.

### **SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE**

Nos arts. 1º a 21, a Medida Provisória dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A conceituação de “alimentação escolar” encontra-se no art. 1º. No art. 2º, listam-se as diretrizes para o PNAE, bastante similares às que já se encontram enunciadas na Resolução nº 32, de 2006, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, relativa às normas de execução do Programa.

No art. 3º, afirma-se a alimentação escolar como um direito dos alunos e dever do Estado (já previsto, por sinal, no art. 208, VII, da Constituição Federal, para os educandos do ensino fundamental). O art. 4º detalha os objetivos do Programa, em estreita relação com o processo educativo, explicitando assim a fundamentação do disposto no artigo anterior. Estes quatro artigos iniciais constituem inovação em relação ao texto da Medida Provisória nº 2.178-36, de 2001, até então vigente.

O art. 5º estabelece (reafirmando o que já era estabelecido) o caráter descentralizado de gestão financeira do PNAE, prevendo o repasse automático de recursos, em parcelas, aos entes federados e às escolas federais, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta-corrente específica. Os recursos assim recebidos devem constar dos orçamentos dos entes federados, sendo sua utilização restrita à aquisição de gêneros alimentícios. O cálculo do montante a ser entregue a cada ente federado tomará como base o número de alunos matriculados na respectiva rede pública de educação básica, de acordo com os dados levantados pelo Censo Escolar promovido pelo Ministério da Educação. Poderão ser computadas, para a mesma finalidade, as matrículas em creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental e médio

qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial, e as comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Finalmente, poderão ser ainda firmados convênios com núcleos, associações ou entidades similares representantes das comunidades indígenas e quilombolas, para atendimento a alunos matriculados em escolas situadas em áreas tradicionalmente ocupadas por aquelas comunidades. Estas últimas instituições não eram mencionadas na legislação anterior.

Na mesma direção da descentralização de gestão de recursos financeiros hoje vigente, o art. 6º faculta aos entes federados repassarem os recursos recebidos às unidades executoras das escolas de sua rede de educação básica. O parágrafo único deste artigo atribui ao Conselho Deliberativo do FNDE competência para definir normas para execução do PNAE, entre elas as relativas à alocação de recursos, valores por aluno e organização e funcionamento das unidades executoras.

O art. 7º, também reafirmando norma já em vigor, faculta aos Estados transferir aos seus Municípios a responsabilidade de atendimento à alimentação escolar dos alunos matriculados nas escolas estaduais em suas respectivas áreas de jurisdição, autorizando, para tanto, o repasse direto, pelo FNDE, dos recursos correspondentes aos Municípios.

O art. 8º dispõe sobre a prestação de contas, a responsabilidade das autoridades responsáveis, a guarda de documentos e comprovantes e a previsão de auditoria periódica pelo FNDE, por sistema de amostragem. O art. 9º trata da obrigação dos órgãos envolvidos, de modo próprio ou em rede integrada, de criar mecanismos adequados de fiscalização e monitoramento da execução do PNAE. O art. 10 prevê a possibilidade de que qualquer pessoa física ou jurídica possa denunciar aos órgãos próprios, irregularidades na aplicação dos recursos do Programa.

Os arts. 11 a 14 tratam da responsabilidade técnica pela alimentação escolar em cada ente federado e nas escolas federais, que caberá a um nutricionista (art. 11). A este incumbirá a elaboração dos cardápios (art.12), com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se os hábitos alimentares e culturais locais, bem como a sustentabilidade e a diversidade agrícola da região. O conceito de gênero alimentício básico é referido de forma ampla, voltado para a alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável. As normas anteriores previam, adicionalmente, percentual de setenta por cento para os produtos básicos e, dentre estes, prioridade para produtos semi-elaborados e *in natura*.

Os arts. 13 e 14 referem-se à origem dos gêneros alimentícios. O art. 13 determina a sua aquisição, sempre que possível, no mesmo ente federado em que se localizam as escolas. O art. 14 obriga a que no mínimo trinta por cento dos recursos recebidos sejam destinados à aquisição junto à agricultura familiar e ao empreendedor familiar, com prioridade para os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Esta aquisição poderá ser feita com dispensa do processo licitatório, se os preços praticados forem compatíveis com os vigentes no mercado local. A observância do percentual para esta destinação dos recursos será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada se verificada uma das seguintes condições: a impossibilidade de emissão de documento fiscal; inviabilidade de fornecimento constante e regular dos alimentos; dificuldades logísticas para seu fornecimento; ou ainda condições higiênico-sanitárias inadequadas. Esta destinação de parte de recursos não se encontrava presente na legislação anterior.

Os arts. 15, 16 e 17 tratam das responsabilidades do Ministério da Educação, do FNDE e dos entes federados, respectivamente, no desenvolvimento do Programa. Os arts. 18 e 19 dispõem sobre a composição e as atribuições dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, de existência obrigatória em cada ente federado. A estes conselhos incumbe acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, zelar pela qualidade da alimentação escolar, receber relatório anual de gestão do Programa e emitir parecer conclusivo, aprovando ou reprovando sua execução. Em relação à legislação anterior, a nova composição do CAE apresenta como modificações mais importantes: a retirada da representação do Poder Legislativo, o acréscimo da representação dos segmentos discente e técnico-administrativo da comunidade escolar e ampliação da representação da sociedade civil.

O art. 20 prevê as hipóteses de suspensão de repasse de recursos do PNAE aos entes federados: falta de constituição do CAE ou de ajustes para seu adequado funcionamento; falta de apresentação da prestação de contas, na forma e prazos estabelecidos; irregularidades na execução do Programa. A fim de evitar a descontinuidade do atendimento aos alunos, em função de ocorrência de alguma dessas situações mencionadas, o art. 21 autoriza o FNDE a realizar, pelo prazo de cento e oitenta dias, o repasse de recursos diretamente às unidades executoras das escolas inseridas no ente federado atingido. Este dispositivo é inovador, em relação à legislação anterior.

---

## **SOBRE O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE**

---

Os arts. 22 a 29 da Medida Provisória versam sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Com relação a esse Programa, à exceção de sua

extensão às outras etapas da educação básica, além do ensino fundamental, as demais normas ora estabelecidas, com algumas alterações formais, não apresentam modificações substantivas em relação às anteriormente vigentes.

No art. 22, define-se o objetivo de prestação de assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, bem como as escolas mantidas por entidades de tais gêneros. O montante de recursos será definido anualmente, tomando por base o número de matrículas levantado pelo Censo Escolar do Ministério da Educação. A assistência financeira se dará por repasse direto de recursos à unidade executora própria ou ao ente federado mantenedor, no caso de inexistência da primeira. O repasse será feito sem necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante crédito em conta bancária específica.

O art. 23 estabelece a destinação dos recursos: despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos nas escolas. No art. 24 atribui-se ao FNDE a competência para estabelecer as regras de funcionamento do Programa.

O art. 25 trata da inscrição, pelos entes federados, quando couber, dos recursos recebidos à conta do Programa nos respectivos orçamentos e da sua responsabilidade em relação à prestação de contas. As grandes linhas para a realização desta última encontram-se no art. 26, que também prevê as hipóteses para suspensão de repasse de recursos pelo FNDE: omissão na prestação de contas; rejeição da prestação de contas; e utilização de recursos em desacordo com os critérios estabelecidos. O art. 27 versa sobre a guarda de documentos e comprovantes pelos entes e escolas beneficiários do Programa.

O art. 28 dispõe sobre as instâncias e os procedimentos de fiscalização da aplicação dos recursos do PDDE e o art. 29 prevê a denúncia de irregularidades na execução do Programa, por qualquer pessoa física ou jurídica, aos órgãos próprios.

## **SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR**

---

O art. 30 altera dois dispositivos da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE. Modifica-se o *caput* do art. 2º para ampliar a cobertura do Programa a alunos de toda a educação básica pública, residentes em área rural, e não apenas do ensino fundamental, como anteriormente. No art. 5º, são alterados o *caput* e o § 1º. No *caput*,

remete-se a responsabilidade do acompanhamento e controle social da transferência e aplicação dos recursos do PNATE aos conselhos do FUNDEB, anteriormente atribuída aos conselhos do extinto FUNDEF. A redação do § 1º é simplificada, prevendo as hipóteses em que o repasse de recursos do PNATE poderá ser suspenso pelo FNDE: omissão na prestação de contas; rejeição da prestação de contas; ou utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos. O texto anterior proibia desde logo o repasse em caso de utilização inadequada ou de apresentação de prestação de contas em desacordo com a forma e prazo estabelecidos.

## **SOBRE AS REVOGAÇÕES**

---

O art. 31 revoga os arts. 1º a 14 da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, que regulamentavam o PNAE e o PDDE, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispunha sobre a municipalização da merenda escolar. Esta Lei, por sinal, já havia sido revogada pelo art. 32 da Medida Provisória nº 2.178-36, de 2001, dispositivo que ainda se encontra vigente.

## **SOBRE AS EMENDAS**

---

Foram oferecidas setenta emendas à Medida Provisória em exame, a seguir apresentadas na ordem dos dispositivos que pretendem alterar.

As **emendas nº 7 a 10** incidem sobre o **art. 2º**. A **emenda nº 7** pretende detalhar, no inciso I, os estudantes que necessitam de atenção específica, como os portadores de diabetes mellitus, doença celíaca e intolerância à lactose. A **emenda nº 8**, com relação ao inciso I, tem objetivo semelhante, para evitar o diabetes, a hipertensão arterial, a obesidade e dislipidemia; no inciso II, acrescenta o esclarecimento relativo aos métodos naturais de cultivos, sem agrotóxicos; no inciso V, menciona o incentivo à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura orgânica, com prioridade também para seus produtores. A **emenda nº 9** inclui, no inciso V, a pesca artesanal. A **emenda nº 10**, embora em seu cabeçalho esteja referenciada ao art. 30 da Medida Provisória, na realidade incide sobre o inciso III do art. 2º, para estender a diretriz de universalidade de atendimento do PNAE também às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, bem como escolas mantidas por entidades de tais gêneros.

A **emenda nº 11** acrescenta parágrafo único ao **art. 3º**, para determinar que a aquisição, o preparo e a distribuição da alimentação escolar sejam realizados por ente público.

A **emenda nº 12** propõe parágrafo único para o **art. 4º**, obrigando o FNDE a expedir normas sobre identificação e atendimento de estudantes portadores de moléstias que, por recomendação médica, devem receber cuidados alimentares específicos.

As **emendas nº 13 a 16** pretendem alterar o **art. 5º**. A **emenda nº 13**, relativa ao § 5º, eleva à instância de lei e não de regulamentação pelo FNDE, o estabelecimento de critérios para consideração como parte da rede municipal e distrital, as escolas filantrópicas e as comunitárias conveniadas com o Poder Público. A **emenda nº 14** apresenta um novo parágrafo, com o intuito de assegurar que os recursos repassados para a alimentação dos estudantes do ensino médio sejam cinquenta por cento superiores aos relativos à alimentação dos estudantes das demais etapas beneficiadas. A **emenda nº 15** suprime o § 6º, que trata da possibilidade de convênios com entidades representantes de comunidades indígenas e quilombolas. A **emenda nº 16** acrescenta § 7º, para determinar que a aquisição, o preparo e a distribuição da alimentação escolar sejam feitos por ente público (no que é semelhante a emenda nº 11), mas admitidas exceções, referenciadas, contudo, nos termos do que foi o Substitutivo aprovado na Câmara para o projeto de lei nº 1.659, de 2007 (§ 7º e art. 5º); a adequação ao texto da Medida Provisória sugere referência ao § 6º e ao art. 6º. A **emenda nº 66**, inserindo novo artigo, tem o mesmo propósito, porém referenciando corretamente as exceções.

As **emendas nº 17 a 21** contemplam o **art. 6º**. A **emenda nº 17**, no parágrafo único, determina que as normas e critérios de organização e funcionamento do PNAE sejam fixados por lei e não pelo Conselho Deliberativo do FNDE. As **emendas nº 18 e 21**, acrescentam § 2º, dispondo que os valores *per capita* do PNAE sejam anualmente corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou seu sucessor equivalente. A **emenda nº 19** propõe dois novos parágrafos, tratando da fixação anual dos valores *per capita*, sua correção pelo INPC ou sucessor equivalente e de um patamar mínimo de R\$ 0,60 (sessenta centavos). A **emenda nº 20** tem o mesmo objetivo, fixando, contudo, patamares mínimos diferenciados: R\$ 0,36 (trinta e seis centavos) para pré-escola e ensino fundamental; R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) para o ensino médio; R\$ 0,60 (sessenta centavos) para creche, escolas indígenas e as localizadas em áreas remanescentes de quilombos.

As **emendas nº 22 e 23** incidem sobre o **art. 11**. A **emenda nº 22** pretende sua supressão. A **emenda nº 23** inclui, além do nutricionista, o economista doméstico na responsabilidade técnica pela alimentação escolar.

As **emendas nº 24 e 25** pretendem alterar o **art. 12**. A **emenda nº 24** retira do “caput” do artigo a referência ao nutricionista responsável, no que diz respeito à elaboração dos cardápios da alimentação escolar. A **emenda nº 25** acrescenta ao “caput”, para a elaboração dos cardápios, o respeito à faixa etária e às necessidades de atenção específica, observadas as condições de saúde dos alunos.

As **emendas nº 1 a 5 e nº 29 a 35** referem-se ao **art. 14**. A **emenda nº 1** adiciona a pesca artesanal e as organizações produtivas de pescadores artesanais, dentre os segmentos para os quais devem ser destinados pelo menos trinta por cento dos recursos do PNAE. A **emenda nº 2** eleva de trinta para cinquenta por cento a destinação dos recursos do PNAE para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar, acrescentando a estes a agricultura orgânica. A **emenda nº 3** transforma de mínimo em máximo o percentual de trinta por cento. A **emenda nº 4** retira as possibilidades de dispensa dessa destinação percentual de recursos, previstas no § 2º, e propõe que se aplique, no processo de aquisição com dispensa do processo licitatório, a regulamentação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, instituído pela Lei nº 10.696, de 2003. A **emenda nº 5** prevê a manutenção da destinação de parcela dos recursos, sem fixar percentual, e suprime os parágrafos, que dispensam a realização de processo licitatório e indicam as situações em que a obrigação de aplicação do percentual dos recursos pode ser dispensada. A **emenda nº 29** retira do “caput” a expressão “excetuando-se o disposto no § 2º deste artigo”. A **emenda nº 30** acrescenta, como possibilidade de dispensa da obrigação de aplicação do percentual dos recursos, a prática de preços abusivos, incompatíveis com os vigentes no mercado local ou com os preços mínimos oficiais. A **emenda nº 31** altera o início do § 2º, pretendendo explicitar que a desobrigação de aplicação do percentual pode se dar de modo gradual, mediante a sua redução parcial e não necessariamente total. A **emenda nº 32** acrescenta novo parágrafo ao artigo, com o objetivo de determinar o valor máximo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para aquisição anual de cada agricultor ou empreendedor familiar. A **emenda nº 33** altera a redação do inciso IV do § 2º, substituindo o texto original por outro que se refere à ausência, no caso de produtos de origem animal, de certificado emitido pelo serviço de inspeção sanitária competente. A **emenda nº 34** adiciona novo inciso ao § 2º, tratando de falta de condições adequadas dos produtos de origem vegetal. A **emenda nº 35** insere um § 3º, determinando que a aquisição de gêneros alimentícios seja feita diretamente do agricultor ou empreendedor familiar ou ainda por meio de associações ou cooperativas da agricultura familiar.

A **emenda nº 36** detalha, no “caput” do **art. 16**, que, para a cooperação em estudos de avaliação do PNAE, as entidades particulares podem ser com fins lucrativos ou filantrópicas.

A **emenda nº 37** inclui, no **art. 17**, dentre as atribuições dos entes federados para execução do PNAE, a obrigação de informar, trimestralmente, todos os membros do respectivo Poder Legislativo acerca dos recursos financeiros recebidos.

As **emendas nº 38 a 50** referem-se ao **art. 18**, que trata dos Conselhos de Alimentação Escolar. A **emenda nº 38**, alterando o § 3º, reduz o mandato dos conselheiros para dois anos, admitida uma única recondução. A **emenda nº 39** propõe as mesmas modificações, retirando ainda referência à indicação pelos respectivos segmentos. A **emenda nº 40**, relativa ao § 4º, pretende evitar que a presidência e a vice-presidência sejam simultaneamente ocupadas por representantes do mesmo segmento educacional ou entidade da sociedade civil. A **emenda nº 41** acrescenta o § 7º, determinando que o Promotor de Justiça da Comarca seja notificado das reuniões do CAE, podendo delas participar, com direito a voz. A **emenda nº 42** propõe outro § 7º, vedando a influência do Poder Executivo na indicação das entidades civis organizadas. A **emenda nº 43** aumenta, no inciso II, de dois para três os representantes dos segmentos docente, discente e demais trabalhadores da educação, para que seja possível a indicação de um representante de cada um desses segmentos. A **emenda nº 44**, no inciso II, relaciona os dois representantes apenas ao segmento docente; no inciso III, eleva de dois para quatro o número de representantes dos pais. A **emenda nº 45**, no inciso IV, reduz de dois para um representante indicado por entidade civil organizada. A **emenda nº 46** acrescenta um representante da área de nutrição, indicado pelo respectivo órgão de classe. A **emenda nº 47** (que deve ser lida com conjunto com a emenda nº 44), acrescenta o inciso V, relativo a dois representantes dos segmentos discente e de trabalhadores da educação. As **emendas nº 48 e 49** acrescentam um representante do Poder Legislativo. A **emenda nº 50** insere dois nutricionistas inscritos nos respectivos conselhos profissionais regionais.

A **emenda nº 51** propõe novo **art. 19-A**, atribuindo ao CAE Estadual a articulação, coordenação e orientação dos CAEs municipais.

As **emendas nº 52 e 53** incidem sobre o **art. 20**, que trata das hipóteses de suspensão de repasses de recursos do Programa pelo FNDE. A **emenda nº 52**, alterando o § 1º, passa a obrigar e não apenas autorizar o FNDE a comunicar irregularidades ao Ministério Público e demais órgãos ou autoridades competentes. A **emenda nº 53**, acrescentando o § 3º, concede a novo gestor eleito um prazo, sem suspensão de repasses de recursos, para sanar omissão do antecessor na prestação de contas relativa ao seu último ano de mandato.

A **emenda nº 54**, relativa ao **art. 21**, substitui, no caso de suspensão de repasses a algum ente federado, a possibilidade de repasse direto às unidades executoras das escolas pela de repasse a outro ente federado, desde que este se responsabilize pelo atendimento aos alunos do primeiro.

As **emendas nº 55 e 56** referem-se ao **art. 22**, que dispõe sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. A **emenda nº 55** acrescenta, no inciso I do § 2º, como característica da unidade executora própria, ser representativa também da comunidade local, além da escolar. A **emenda nº 56** retira a qualificação “própria” da expressão “unidade executora”.

A **emenda nº 57** altera a redação do **art. 23**, para referir-se a “recursos financeiros repassados pelo PDDE” e não “para o PDDE”.

A **emenda nº 58**, no **art. 24**, determina que os critérios e normas de funcionamento do PDDE sejam estabelecidos em lei e não pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A **emenda nº 59** adiciona ao texto do **art. 25** a observância de disposições do Conselho Deliberativo do FNDE para inscrição dos recursos recebidos à conta do PDDE nos orçamentos dos entes federados.

A **emenda nº 60** acrescenta, no **art. 28**, a expressão “ de competência”, antes da referência ao FNDE e aos órgãos de controle do Poder Executivo da União, com relação à fiscalização da aplicação dos recursos financeiros do PDDE.

As **emendas nº 6 e 61 a 65** referem-se ao **art. 30**, que altera os arts. 2º e 5º da Lei nº 10.880, de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE. A **emenda nº 6** altera o texto do § 1º do art. 2º da Lei nº 10.880/04 (não modificado pela Medida Provisória), para substituir, com relação ao número de alunos que servirá de base para repasse dos recursos do PNATE, a expressão “alunos de ensino fundamental público residentes em área rural” por “alunos de educação básica amparados pelos dispositivos desta Lei”. As **emendas nº 61 e 63** acrescentam § 7º ao art. 2º da Lei nº 10.880/04, incluindo o cômputo dos alunos matriculados na escolas de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, que prestem atendimento exclusivo a pessoas com deficiência. A **emenda nº 62** oferece novo § 7º ao art. 2º da Lei nº 10.880/04, definindo, como transporte escolar, “todos os meios utilizados para locomoção dos alunos da educação básica”. A **emenda nº 64** inclui, no “caput” do art. 2º da Lei nº 10.880/04, o atendimento aos alunos com deficiência residentes em área urbana cujas necessidades requeiram a utilização de transporte. A **emenda nº 65** apresenta um novo art. 2-A para a Lei nº 10.880/04, especificando também como beneficiários do PNATE, os estudantes de educação especial básica, residentes na zona urbana e matriculados em escolas públicas, comunitárias ou filantrópicas conveniadas com o Poder Público; os estudantes de ensino médio público residentes na zona rural ou urbana de um município e matriculados em escola de município adjacente; os estudantes de ensino médio público residentes a mais de três quilômetros do local da escola, em cidades não servidas por transporte coletivo urbano.

A **emenda nº 67** pretende conceder isenção das contribuições PIS/COFINS para o produtor de sucos e néctares de frutas destinados à alimentação escolar.

A **emenda nº 68** visa proibir, nas escolas públicas de educação básica, a comercialização de bebidas com qualquer teor alcoólico, balas, pirulitos, gomas de mascar, refrigerantes, sucos artificiais, frituras e alimentos industrializados.

A **emenda nº 69** pretende acrescentar dispositivo que altere a Lei nº 10.865, de 2004, para incluir, dentre os beneficiários da alíquota zero da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, os particulares adquirentes de veículos para transporte escolar, contratados pelo Poder Público para prestação exclusiva e gratuita desse serviço; estabelece ainda prazo, até 31 de dezembro de 2010, para vigência da desoneração fiscal.

A **emenda nº 70** limita o uso do açúcar refinado nos cardápios da merenda escolar, estabelecendo, por criança, dose por refeição ou por dia.

Elaborado por:

*RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS*

Consultor Legislativo

Área XV – Educação, Cultura e Desporto